

0628

Comissão Permanente de Finanças - Parecer relativo ao "Parecer do Conselho
Assunto: Metropolitano contido no edital nº 16/CML/2014 e ao Documento Por Lisboa 2014-2020"

Data: 20-05-2014

Prazo de Resposta:

Registo n.º

ENT1652/14

Entidade: Mesa AML

Proc. n.º

<p><i>Dr. Cidália</i></p> <p><i>Este parecer veio de 1ª Comissão para ser distribuído por todos os senhores deputados para a sessão de dia 27.5.2014.</i></p> <p style="text-align: center;"><i>27 - 5 - 2014</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Presença out</i></p>	
--	--

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

Parecer relativo ao "*Parecer do Conselho Metropolitano contido no edital nº. 16/CML/2014 e ao Documento Por Lisboa 2014-2020*"

I - ENQUADRAMENTO

PLANO OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA

SECÇÃO 1. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL COM VISTA A CONTRIBUIR PARA A ESTRATÉGIA DA UNIÃO PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO E PARA A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL

O PO de Lisboa visa dar continuidade à trajetória de reforço da competitividade regional, intensificando de forma muito marcante as apostas na inovação, na I&D e na diversificação e fortalecimento das PME, com vista à sua internacionalização e participação nos processos de crescimento e inovação. O objetivo é confirmar e consolidar a posição de Lisboa entre as regiões inovadoras da UE, integrando-a plenamente na economia do conhecimento..

A Região escolheu por isso orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Em suma, projetos que visam tornar a Região de Lisboa mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

Em consonância com os objetivos da União e com os objetivos temáticos e principais resultados definidos no Acordo de Parceria, a Região de Lisboa escolheu desenvolver um programa financiado pelo FEDER e pelo FSE, procurando promover uma efetiva sinergia entre fundos e uma abordagem integrada.

Assim, o PO de Lisboa irá apostar em duas linhas de intervenção para o reforço da sua competitividade e internacionalização.

A primeira linha incide no reforço das condições para a investigação e o desenvolvimento, com o intuito de aumentar os níveis de investimento público e privado neste setor. A segunda linha de intervenção visa promover o reforço da competitividade das PME, fomentando a sua diversificação, internacionalização e participação no processo de crescimento e inovação.

O compromisso da Região de Lisboa com os objetivos da estratégia "Europa 2020", em termos de crescimento inclusivo e a superação do atual quadro de problemas de emprego e inclusão, exigem duas linhas de respostas do PO de Lisboa.

Por um lado, apoiando projetos que visem promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral. Por outro lado, apoiando projetos que visem promover a inclusão social e combater a pobreza, ponderando designadamente aos seguintes objetivos específicos:

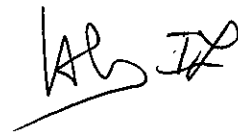
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT. 1652/SG/DAOSM/GAAM/14

DATA 20/05/2014

1908



- Contribuir para o Crescimento Inclusivo e Inteligente na União Europeia promovendo a qualificação do capital humano na Região de Lisboa
- Contribuir para o Crescimento Sustentável na União Europeia promovendo a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos na Região de Lisboa

SECÇÃO 2. EIXOS PRIORITÁRIOS

Reforçar a Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação

Prioridade de Investimento 1.1

Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu

Objetivos Específicos

Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente regional e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização

Reforçar a inserção das infraestruturas do SCT nas redes internacionais de I&D

Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo maior eficácia no Sistema de Inovação Regional e a criação de valor económico

Prioridade de Investimento 1.2

Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação; o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral.

Objetivos Específicos

Aumentar o investimento empresarial em I&D&I, reforçando a ligação das empresas às entidades do SCT e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseado na inovação

Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem a inovação e a internacionalização de empresas e cadeias de valor, (clusterização), privilegiando o alinhamento com a estratégia de especialização inteligente da região

Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão na cadeia de valor

Reforçar a Competitividade das PME

Prioridade de Investimento 3.1

Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas

Objetivos Específicos

Promover o empreendedorismo qualificado e criativo

Prioridade de Investimento 3.2

Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à sua internacionalização

Objetivos Específicos

Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal

Prioridade de Investimento 3.3

Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

Objetivos Específicos

Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços

Prioridade de Investimento 3.4

Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação

Objetivos Específicos

Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização (capital e dívida), promovendo o aumento do investimento e do emprego

Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores

LAG IX

Prioridade de Investimento 4.2

Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas

Objectivos Específicos

Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização de consumos

Prioridade de Investimento 4.3

O apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local e no setor da habitação

Objectivos Específicos

Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos

Aumentar a eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social

Prioridade de Investimento 4.5

A promoção de estratégias de baixa teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.

Objectivos Específicos

Promover a mobilidade ecológica e com baixa emissão de carbono

Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

Prioridade de Investimento 6.3

Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural

Objectivos Específicos

Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a Região de Lisboa como destino turístico de excelência

Prioridade de Investimento 6.4

Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede NATURA 2000 e de infraestruturas verdes

Objectivos Específicos

Promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas

Prioridade de Investimento 6.5

Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

Objectivo Específicos

Promover a qualidade ambiental urbanística e paisagística, designadamente a regeneração das grandes áreas industriais obsoletas

Melhoria da qualidade de informação e monitorização disponíveis sobre a qualidade do ar

Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Prioridade de Investimento 8.1

Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

Objectivo Específicos

Integrar os desempregados de forma sustentada no mercado de trabalho

Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas como contributo para elevar as competências empresariais em I&D

Prioridade de Investimento 8.3

Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras

Objectivos Específicos

Apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas

Prioridade de Investimento 8.4

Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual

WIL

Objectivos Específicos

Melhorar as condições de conciliação da vida familiar e profissional promovendo, simultaneamente, a natalidade e novas formas de integração no mercado de trabalho

Integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos sectores público, privado e cooperativo

Prioridade de Investimento 8.5

Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança

Objectivos Específicos

Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança

Aumentar a empregabilidade dos ativos através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho

Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas unidades de investigação de entidades do SCTN como contributo para a qualificação das suas estratégias

Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

Prioridade de Investimento 9.1

Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade

Objectivo Específicos

Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos vulneráveis, facilitando o seu acesso ao mercado de trabalho

Reforçar as abordagens locais integradas de apoio ao desenvolvimento social assente em parcerias locais

Promover a inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas

Reforçar a abordagem personalizada da intervenção social assente no voluntariado

Prioridade de Investimento 9.3

Luta contra todas formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades

Objectivos Específicos

Combater as discriminações e os estereótipos

Prioridade de Investimento 9.4

Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral

Objectivos Específicos

Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde

Prioridade de Investimento 9.6 / 9.10

Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária

Objectivos Específicos

Dinamizar a criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local em territórios rurais, periurbanos e bairros críticos

Prioridade de Investimento 9.7

Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária

Objectivos Específicos

Qualificar a oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados e de creches

Reorganização da rede hospitalar

Prioridade de Investimento 9.8

A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

Objectivos Específicos

Regenerar física, social e economicamente as zonas desfavorecidas

Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

Prioridade de Investimento 10.1

Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação

Objectivo Específicos

Melhorar o sucesso escolar no ensino básico e secundário

Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário

Prioridade de Investimento 10.2

Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos

Objectivos Específicos

Aumentar o número de diplomados do ensino superior

Aumentar o número de doutoramentos, visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação

Prioridade de Investimento 10.3

Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas

Objectivos Específicos

Elevar o nível de qualificação da população adulta ativa, empregada ou desempregada, através de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências ou da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação

Prioridade de Investimento 10.4

Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem

Objectivos Específicos

Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho

Prioridade de Investimento 10.5

Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas

Objectivos Específicos

Requalificar as infraestruturas do Ensino Básico e Secundário

Reforçar as capacidades do Ensino Superior

Assistência Técnica

Objectivos Específicos

Implementar, dinamizar, gerir, controlar e divulgar de forma eficaz e eficiente o Programa Operacional

SECÇÃO 3. PLANO FINANCEIRO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Informação não relevante

SECÇÃO 4. ABORDAGEM INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

As abordagens integradas de desenvolvimento territorial são instrumentos de suporte à concretização dos objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e à adoção de racionais de integração das políticas públicas e do seu financiamento numa base territorial, que a Região de Lisboa pretende valorizar e promover no período de programação 2014-2020.

Estas abordagens visam concretizar o princípio da subsidiariedade, impulsionar a mobilização das instituições e dos atores sociais e económicos para a conceção, execução e monitorização de operações e projetos estruturantes para o desenvolvimento territorial e conjugar e articular iniciativas, financiamentos e intervenções, através da contratualização de realizações e resultados e da monitorização partilhada do seu alcance.

O quadro regulamentar comunitário e as orientações do acordo de parceria incentivam o desenvolvimento das abordagens integradas, através de dois instrumentos: os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e as iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), em função da escala sub-regional ou local da abordagem e da abrangência e natureza das intervenções e dos promotores, em qualquer dos casos, enquadradas por instrumentos de programação com elevado grau de maturidade, conduzidas por parcerias de atores e focadas no alcance de resultados contratualizados.

As NUT III são indicadas como a circunscrição base para assegurar a coerência estratégica de intervenções de cariz e iniciativa local e para assegurar ponderações no âmbito das estratégias de competitividade empresarial.

Tendo em atenção os desafios que se colocam às áreas metropolitanas nos domínios da coesão social, da atratividade de áreas urbanas, da redução da emissão de carbono e da prevenção e gestão e riscos, o acordo de parceria, veio estabelecer que nestas áreas os pactos para o desenvolvimento e coesão territorial corporizam uma modalidade específica de ITI, designada por Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS).

A Região de Lisboa aposta na utilização dos instrumentos AIDUS e DLBC, visando: promover o envolvimento da Área Metropolitana de Lisboa na elaboração e execução de um programa de ação metropolitano que desenvolva e concretize a estratégia regional e garanta a coerência estratégica das operações e a sinergia dos investimentos, com foco nos resultados e compromisso com as metas a alcançar; promover as iniciativas de base local congregadoras dos atores locais de desenvolvimento que proponham e executem ações de proximidade, destinadas a fomentar a valorização integrada dos tecidos económicos locais e das redes sociais que atuem nos domínios da inclusão ativa e do apoio à aprendizagem e emprego inclusivos e cujas ações demonstrem contribuir para os resultados e metas regionais.

Desenvolvimento local promovido pelas comunidades locais

Atendendo às características da Área Metropolitana de Lisboa e à natureza dos problemas e das potencialidades de desenvolvimento dos territórios diversificados que a integram e tendo em conta as experiências antecedentes desenvolvidas por parcerias de base local, nomeadamente as experiências dos Grupos de Ação Local LEADER, apoiados pelo FEADER e FEAMP, o URBAN, o PROQUAL a Iniciativa Bairros Críticos e o instrumento Parcerias para Regeneração Urbana, financiado pelo POR Lisboa, prevê:

1. A dinamização de DLBC de cariz rural ou costeiro e pesqueiro, tendo como alvo os territórios e comunidades de base rural ou costeira e pesqueira e os agentes económicos sociais e institucionais intervenientes nos processos de diversificação e competitividade da economia de base local respetiva;

2. A dinamização de DLBC de cariz urbano, tendo como alvo territórios urbanos deprimidos e com tecidos económicos desvitalizados e os agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento local e na diversificação e competitividade da economia urbana local.

Por sua vez, as estratégias de desenvolvimento local e os respetivos planos de ação e investimento devem demonstrar o seu alinhamento com a estratégia regional que enforma o POR Lisboa e com o pacto para o desenvolvimento e coesão territorial subjacente à AIDUS e objetivar a não sobreposição de ações e investimentos por via de uma seleção objetiva de tipologias de ação e respetivas áreas, populações ou atividades alvo. Caberá às autoridades de gestão definir os mecanismos de validação e monitorização da delimitação de âmbito e ação.

Ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável

As intervenções prioritárias da AIDUS da Área Metropolitana de Lisboa, são sistematizadas em três pilares estruturantes, identificados a partir do diagnóstico prospetivo dos obstáculos, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento desta área metropolitana e da sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país. A saber:

1. Valorização da base ecológica e cultural - promoção de ações articuladas (redes) destinadas à valorização do património ambiental e cultural das frentes estuarinas,

LAH II

das frentes marítimas, das áreas da rede fundamental de conservação da natureza (áreas classificadas e outras áreas da estrutura ecológica metropolitana);

2. Regeneração de áreas industriais degradadas e abandonadas – ações requalificação ambiental e melhoria do espaço público, articuladas com ações de reconversão e reutilização de instalações industriais, promovendo a renovação e competitividade do tecido empresarial;

3. Reabilitação e sustentabilidade urbana – ações integradas em áreas urbanas específicas afetadas por degradação socio-urbanística e exposição a riscos (bairros sociais críticos, áreas de reabilitação urbana de centros/núcleos históricos, áreas de génese ilegal em risco), visando a promoção da sustentabilidade, da eficiência e da coesão urbanas, através de apoios à eficiência energética das infraestruturas e equipamentos públicos, à mobilidade urbana sustentável e inclusiva, à prevenção e gestão de riscos, à redução de carências de equipamentos e de serviços e à intervenção social dirigida ao combate ao insucesso escolar e à promoção do emprego e da inclusão ativa.

Modalidades de ações inter-regionais e transnacionais, no âmbito do programa operacional, com os beneficiários localizados em pelo menos um outro Estado-Membro

Objetivo Cooperação Territorial Europeia (CTE).

De entre as prioridades que Portugal elegeu no âmbito dos Objectivos da Cooperação Territorial Europeia, destacam-se:

- Valorização do conhecimento e da inovação no quadro da Estratégia Europa 2020, tendo em conta o sistema científico e tecnológico nacional e a sua capacidade de integração em redes de conhecimento;
- Melhoria da competitividade das PME;
- Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos;
- Proteção do meio ambiente e eficiência de recursos;
- Emprego e mobilidade laboral, tendo em vista a coordenação e a melhor utilização dos fundos provenientes dos dois grandes objetivos da política de coesão, no âmbito das prioridades referidas será dada particular atenção às seguintes vertentes:
- Intercâmbio de informação e de investigação, troca de experiências, disseminação de boas práticas, transferência de "know-how" e partilha de ferramentas em projetos inovadores;
- Participação em "clusters", redes, projetos-piloto e preparação de estratégias de intervenção conjuntas;
- Colaboração em ações inter-regionais que permitam o reforço da capacitação institucional para a preparação e gestão de projetos e intervenções comuns;
- Participação em ações e projetos transfronteiriços de desenvolvimento socioeconómico e de valorização dos recursos endógenos.

Wp
IP

SECÇÃO 5. NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ZONAS GEOGRÁFICAS MAIS AFETADAS PELA POBREZA OU GRUPOS ALVO EM MAIOR RISCO DE DISCRIMINAÇÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL

A promoção da inclusão social, de forma multissetorial e integrada, através de ações executadas em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos, tem vindo a constituir uma prioridade nos últimos anos e consubstancia uma lógica de intervenção a aprofundar, para a qual os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) têm vindo a assumir como um importante instrumento de política social.

Neste sentido, o foco de ação da nova abordagem a necessidades específicas locais, consubstanciada nos CLDS+, mantém especial atenção aos territórios problemáticos, mas assume agora uma maior preocupação com os territórios especialmente afetados pelo desemprego, marcados por situações críticas de pobreza, em especial a pobreza infantil.

Áreas geográficas mais afetadas pela pobreza/ grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

É neste contexto que o Programa CLDS+ constitui uma oportunidade, nomeadamente em territórios identificados como bairros críticos situados nas periferias das cidades, com enfoque nos bairros de habitação social que foram construídos ao abrigo dos vários instrumentos e programas da política de habitação, especialmente do Programa Especial de Realojamento (PER), na década de 90, com vista a erradicar os bairros de barracas e a proporcionar aos seus residentes melhores condições urbanísticas e sociais, e nos quais a concentração de imigrantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e descendentes de imigrantes era, e é muito significativa. Destacam-se ainda territórios como as Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGI), ainda não regularizadas e com urbanizações privadas em situação de forte desvalorização imobiliária, que sofreram uma rápida substituição dos residentes, em geral, por pessoas com maiores privações económicas e graves problemas sociais, e identificam-se também os territórios de alguns centros históricos que se configuram como territórios envelhecidos e economicamente deprimidos onde emergem novos problemas sociais críticos como o isolamento de idosos e com forte presença de comunidades imigrantes com dificuldades de integração.

Estratégia para abordar as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza / dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

A resposta a este quadro de agravamento do desemprego, da pobreza e da exclusão dos grupos vulneráveis, para além de intensa e ambiciosa, deverá conceder um protagonismo redobrado à economia social, às organizações e às comunidades locais, na busca de soluções inovadoras mais eficazes, mais eficientes, mais sustentáveis e melhor ajustadas às necessidades das pessoas e dos territórios. Assim, a estratégia deverá contemplar ações inovadoras de dinamização económica local e de apoio à empregabilidade de grupos vulneráveis, focalizada no empreendedorismo, capaz de superar as situações de desemprego e exclusão persistente do mercado de trabalho, como induzir a rutura de ciclos geracionais de pobreza.

Importa assim, no âmbito deste Programa, aumentar a ativação de desempregados subsidiados ou de subsídio social de desemprego, como os beneficiários de rendimento social de inserção, através da integração em trabalho socialmente útil, em particular as que satisfaçam necessidades locais ou regionais, mas também no conjunto das medidas ativas de emprego que visem melhorar as suas competências socioprofissionais como meio de promover a sua empregabilidade e capacidade de empreendedorismo.

TR
W

Importa relevar a importância de articulação, no território, da CLDS com a Rede Social. O trabalho desta permitiu, por sua vez, o reconhecimento de um número significativo de territórios capazes de sustentar o desenvolvimento dos CLDS. Neste sentido, o reforço da plataforma de entendimento e colaboração decorrente da Rede Social e seu alargamento às entidades/agentes que localmente poderão prestar serviços no âmbito da operacionalização de políticas sociais, nascerá uma nova rede local de intervenção social (RLIS) que se pretende que assegure a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos que integram a rede e possa promover, dinamizar e monitorizar respostas integradas.

Essa RLIS assentará numa lógica de descentralização e prestação de serviços a contratualizar através de uma estreita articulação entre a Segurança Social, os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), as entidades e os demais agentes da comunidade, garantindo uma flexibilidade e subsidiariedade na sua implementação, bem como do seu acompanhamento, monitorização e avaliação.

A operacionalização do Programa CLDS+ concretizar-se-á através de intervenções concertadas entre entidades públicas e privadas, com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a empregabilidade e a autonomização dos públicos-alvo.

SECÇÃO 6 NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ÁREAS GEOGRÁFICAS COM DESVANTAGENS DEMOGRÁFICAS OU NATURAIS SEVERAS E PERMANENTES

Não se aplica à região de Lisboa

SECÇÃO 7. AUTORIDADES E ORGANISMOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO, PELO CONTROLO E PELA AUDITORIA, E PAPEL DOS PARCEIROS RELEVANTES

Identificação das autoridades e organismos competentes

Autoridade / Organismo	Nome da Autoridade / Organismo, e do departamento ou unidade	Dirigente máximo da Autoridade / Organismo
Autoridade de Gestão	CCDR LVT	Presidente da CCDR LVT
Autoridade de Certificação	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Autoridade de Auditoria	Inspeção Geral de Finanças	Inspetor Geral
Organismo que receptor dos pagamentos da Comissão	Agência para o Desenvolvimento e Coesão	Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Envolvimento dos parceiros relevantes

IX
HB

O Governo incumbiu a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) de preparar regionalmente (NUTS II) a programação do novo ciclo de fundos comunitários, para o período 2014/2020, dinamizando um processo de trabalho com a participação e envolvimento dos atores relevantes e de consulta pública na Região.

Esta missão teve como objetivos:

- Incorporar e disseminar conhecimento sobre a estratégia “Europa 2020” e o Quadro Estratégico Comum da União Europeia;
- Diagnosticar e debater a situação de desenvolvimento da Região de Lisboa e identificar prioridades estratégicas, domínios/projetos de investimento relevantes e abordagens territoriais no horizonte 2014-2020;
- Articular a elaboração do Plano de Ação da Região de Lisboa com a do Programa Territorial Integrado para a AML;
- Assegurar uma ampla participação institucional (conselho regional, parceiros económicos e sociais, entidades do sistema científico e tecnológico e organismos que representem a sociedade civil) e empresarial, bem como uma mobilização pública em torno da preparação do próximo período de programação 2014-2020;
- Assegurar a existência de um quadro estratégico, regulamentar e institucional capaz de garantir uma utilização eficiente dos recursos previstos para o próximo período de programação.

É fundamental desenvolver uma nova cultura de parcerias para os resultados, suportada no planeamento cuidado e em mecanismos robustos de governação, que assegurem uma assunção plena de responsabilidades, seja no âmbito de intervenções de cariz temático, seja de cariz territorial.

O elemento basilar da estratégia regional reside na constituição de parcerias que mobilizaram e envolveram os vários atores/parceiros presentes no território, em torno de uma visão de futuro para a Região de Lisboa. Acresce que, segundo as orientações comunitárias e nacionais, as intervenções devem privilegiar uma abordagem de complementaridade e de não sobreposição territorial, o que desde logo reforça a necessidade de estabelecer sinergias entre os diversos agentes que atuam no território. Por outro lado, a concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial potencia novas soluções de governação (envolvendo parceiros públicos, privados e associativos) e assume a prossecução de uma estratégia territorial supraconcelhia, suportada no pressuposto de criação de uma parceria alargada de coordenação, cooperação e concertação.

Ações empreendidas para envolver os parceiros na preparação do programa operacional, e papel desses parceiros na execução, acompanhamento e avaliação do programa

A criação de sinergias entre os diversos atores e níveis de governação é decisiva, emergindo com maior significado o reforço:

- Da articulação intersectorial concentrando num único Programa Operacional os diversos domínios de política pública de forma a favorecer a adequação dos programas e projetos às necessidades e especificidades territoriais e a potenciar as abordagens integradas;

- Do papel dos municípios, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa no processo de execução de fundos dando-lhe um papel liderante na coordenação de Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS). O Acordo de Parceria prevê a existência de uma AIDUS na Área Metropolitana de Lisboa, referindo que face aos desafios da Região e ao seu papel na estruturação do sistema urbano nacional, justifica-se uma “significativa concentração dos investimentos na promoção da coesão social e da atratividade das áreas urbanas de incidência, bem como na promoção de estratégias de baixa emissão de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana sustentável e inclusiva, e medidas para melhorar a qualidade do ambiente urbano”. Assim, deverá promover-se um Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da AML que corporize uma AIDUS;
- Da participação das populações na preparação e execução dos fundos, através da exigência de um maior envolvimento na discussão dos diagnósticos e na conceção das estratégias. Enquadradas pelos instrumentos colocados à disposição neste período de programação, como o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), serão incentivadas experiências inovadoras de desenvolvimento local em contexto urbano, que beneficiem das experiências ensaiadas de forma top-down no passado (Iniciativa Bairros Críticos) e de outros ensaios bottom-up (Programa Bip-Zip Lisboa). Ou seja, de modo a potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz bottom-up, promovidas pelas comunidades locais, e dos ensinamentos positivos de algumas abordagens top-down, será mobilizado o instrumento regulamentar DLBC, com o objetivo de promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, e a concretização integrada de investimentos que assegurem a obtenção de resultados significativos a diversos níveis: no desenvolvimento local, na promoção e inovação social, na resposta com eficácia aos problemas de pobreza e de exclusão social, nomeadamente em territórios fragilizados.

SECÇÃO 8. COORDENAÇÃO ENTRE OS FUNDOS, O FEADER, O FEAMP E OUTROS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA UNIÃO E NACIONAIS E O BEI

A coordenação de políticas setoriais e territoriais é fundamental para o sucesso da aplicação dos fundos comunitários, pelo que o critério da valia regional na avaliação do mérito relativo de projetos será reforçado e serão promovidos concursos específicos alinhados com as RIS3 regionais no âmbito dos apoios do domínio competitividade, envolvendo POT e POR.

A oferta de apoios em cada Programa, para cada prioridade de investimento, será efetuada ponderando as três opções quanto ao procedimento a adotar - em contínuo, através de concursos ou convites. A seleção do procedimento realizar-se-á de forma harmonizada entre PO para cada prioridade de investimento, em função da natureza dos potenciais projetos e beneficiários candidatos.

Como princípio geral em prioridades de investimento com potenciais múltiplos beneficiários, será utilizada a abertura de candidaturas através de concursos, enquadrados num plano anual, oportuna e amplamente divulgado junto dos potenciais beneficiários.

Coordenação com o programa Horizonte 2020

A complementaridade e a coordenação entre o PORLISBOA e o programa Horizonte 2020 é considerada na definição da RIS 3 (Estratégia de Especialização Inteligente) onde se incluem:

- As ações de preparação para a participação dos intervenientes regionais de I&I no Horizonte 2020 (evoluir até à excelência) a desenvolver, sempre que necessário, através reforço das capacidades. A comunicação e a cooperação entre os pontos de contacto nacionais do Horizonte 2020 e as autoridades de gestão dos FEEI devem ser reforçadas.
- As ações de execução devem proporcionar os meios necessários para explorar e difundir, no mercado, os resultados da I&I decorrentes do Horizonte 2020 e dos programas precedentes, com especial atenção para a criação de um ambiente empresarial e industrial favorável à inovação, inclusive nas PME, em conformidade com as prioridades identificadas na estratégia de especialização inteligente relativa aos territórios em causa.

Coordenação com o programa para o ambiente e a ação climática (LIFE) e o acervo ambiental

O PORLISBOA promove, quando adequado, a garantia da complementaridade e a coordenação com o programa LIFE, em especial com projetos integrados nos domínios da natureza, da biodiversidade, da água, dos resíduos, do ar, da mitigação das alterações climáticas e da adaptação às alterações climáticas.

Coordenação com o Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social ("EaSI")

O PORLISBOA procura replicar as medidas de maior sucesso desenvolvidas no âmbito do eixo progresso do EaSI, nomeadamente em matéria de inovação social e política de experimentação social com o apoio do FSE.

Coordenação com o Instrumento de Pré-Adesão (IPA), Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria e Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

Para apoiar a integração territorial mais profunda, o PORLISBOA procurará tirar partido de sinergias entre ações de cooperação territorial europeia no âmbito da política de coesão e o IEV, em especial no que se refere a atividades de cooperação transfronteiras, tendo em conta o potencial oferecido pelos agrupamentos europeus de cooperação territorial.

SECÇÃO 9. CONDIÇÕES EX-ANTE

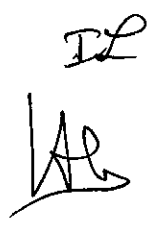
Sem conteúdo

SECÇÃO 10. REDUÇÃO DOS ENCARGOS ADMINISTRATIVOS PARA OS BENEFICIÁRIOS

Redução dos Encargos Administrativos para os Beneficiários

Neste contexto, destacam-se as seguintes medidas com implementação prevista:

- Aperfeiçoamento e consolidação dos sistemas de informação numa lógica de melhoria de eficácia e eficiência, na desmaterialização de processos, na segurança da informação;

- 
- Criação, desde o arranque dos PO, de Balcão único de Candidatura (BUC). Visa a disponibilização, a todos os promotores, de um único ponto de acesso, assegurando a partilha de dados e dispensando a repetição do registo do beneficiário em diferentes PO;
 - Normalização de formulários eletrónicos comuns, na medida do possível, aos vários PO;
 - Introdução de mecanismos de validação da informação: promoção da simplificação no processo de verificação das condições de elegibilidade;
 - Criação de Base Única de promotores (BUP), armazenando, numa base única, toda a informação disponível na administração pública sobre o beneficiário;
 - Melhoria nos mecanismos de autenticação dos beneficiários: aumento dos níveis de segurança na autenticação / acreditação dos beneficiários;
 - Criação de um Quadro Regulamentar Nacional claro e objetivo, evitando a multiplicidade de regulamentos específicos e de enquadramento adotados entre 2007 e 2013.
 - Utilização mais extensiva e transversal na aplicação de metodologias de custos simplificados para fundamentação da despesa cofinanciada e quando possível e adequado, a definição de "valores máximos de referência".

SECÇÃO 11. PRINCÍPIOS HORIZONTAIS

Desenvolvimento Sustentável

Assenta nas seguintes medidas:

- Avaliação Ambiental Estratégica do PO Regional;
- Avaliações ambientais dos projetos a cofinanciar, quando aplicável, no sentido de garantir que os requisitos em matéria de proteção ambiental são cumpridos;
- Aplicação do princípio poluidor-pagador, ao nível dos projetos, quando aplicável;
- Possibilidade de majoração de apoios concedidos a projetos que demonstrem:
 - Promover uma utilização eficiente dos recursos;
 - Contribuir de forma significativa para a transição para uma economia de baixo carbono;
 - Potenciar o crescimento da Economia Verde na Região de Lisboa.

Igualdade de Oportunidades e Não-Discriminação

Questão central no contexto da programação, implementação, monitorização e avaliação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários.

Segue uma dupla perspetiva:

DL
LAL

- Por um lado, o respeito por estes princípios na programação, implementação, monitorização e avaliação dos fundos obedecerá a uma lógica de transversalidade na promoção dos mesmos (numa perspetiva de mainstreaming desses princípios, de forma adequada ou pertinente face a cada área ou tipologias de intervenção dos fundos);
- Por outro lado, atendendo às necessidades particulares de segmentos populacionais e territórios mais afetados por fenómenos de desigualdade e discriminação, serão apoiadas ações específicas e focalizadas na superação dessas desigualdades (ações de discriminação positiva).

Igualdade de Género

Sinalizam-se as seguintes grandes áreas de intervenção:

- Fomento de uma maior conciliação da vida profissional e familiar, designadamente através da integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos setores público, privado e cooperativo (mediante, por exemplo, formas inovadoras de integração e organização laboral, consolidação e adaptação da rede de serviços coletivos nos territórios, nomeadamente em matéria de resposta a dependentes, em particular crianças e idosos nessa situação e a implementação de planos para a igualdade);
- Criação de condições às famílias para que a estrutura etária possa voltar a rejuvenescer num quadro de maior participação da mulher na economia regional.

II - CONCLUSÕES

A Senhora Arquiteta Teresa Almeida, coordenadora da Equipa de missão Lisboa/Europa 2020 apresentou, em sede de audição conjunta promovida pelas 2.^a e 4.^a Comissões Permanentes, todo o processo de elaboração do programa, nomeadamente a cronologia, datas mais significativas, e explicação sobre os eixos e prioridades do PO.

Da estreita articulação entre a equipa de Missão e a CCRLVT resultou, segundo aquela responsável, o acolhimento de boa parte das recomendações e preocupações vertidas no Parecer (Edital N°19/CML/2014) elaborado pelo Conselho Metropolitano (CM) de Lisboa, o qual foi aprovado por unanimidade.

Mais referiu que é entendimento da Unidade de Missão que, na sua quase totalidade, as áreas e intervenções previstas na "Estratégia" Lisboa 2020 obterão financiamento ao abrigo do POLx, no valo global de 833,3 milhões de euros.

Pese embora estas afirmações, a 1.ª Comissão não deixa de sublinhar algumas das preocupações referidas no Parecer do CM de Lx, em particular:

- Insuficiência das verbas do FEDER alocadas à concretização de política de cidades, nomeadamente nos Objetivos Específicos: 4 (Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores), e 6 (Proteger o ambiente e promover

IL
AP

a eficiência dos recursos), 9.8 (Concessão de apoio à regeneração física) e 10.5 (Investimentos na educação).

- Preocupação face à exiguidade das verbas alocadas à regeneração e reabilitação urbana, sendo que apenas são destinados 200 milhões de euros à melhoria da eficiência energética em edifícios habitacionais privados. Esta verba, sendo inacessível às autarquias, compromete a possibilidade de operações integradas, o que consideramos fundamental, envolvendo o setor público e privado, como era objetivo da própria Comissão Europeia.
- Acompanhar a Rejeição do CM de Lisboa face à alocação de 19 do FEDER do PO a um equipamento hospitalar, dado que sua área de cobertura ultrapassa a Área Metropolitana de Lisboa.
- Clarificação no POR das questões suscitadas pelo CML no que respeita à alocação de, pelo menos, 5 do FEDER nacional, prevista no nº 2-A do art.º 7º do Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável;
- Esclarecimento sobre que dotações irão ser inscritas para a AIDUS, respeitando a alocação de, pelo menos, 5 do FEDER nacional, prevista no nº 2-A do art.º 7º do Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. O montante referido no AP para as duas AIDUS de Lisboa e Porto (532.037.399 € - FEDER e 35.000.000 € – FSE) não se encontra distribuído, o que poderá resultar numa afetação penalizadora para a Região de Lisboa.
- As operações alvo de financiamento comunitário deverão ser excecionadas dos limites ao endividamento das Autarquias e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, sob pena de se colocar em causa a sua capacidade de execução.
- A taxa de comparticipação deverá ter em consideração as dificuldades financeiras da generalidade das autarquias, sendo que um cofinanciamento de apenas 50 é manifestamente baixo, devendo essa comparticipação não ser inferior a 85 .

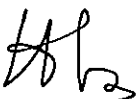
A Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos conclui que o presente Programa se reveste, num quadro de previsível escassez de investimento público oriundo de verbas nacionais, da maior importância para a Cidade. O Programa em causa permitirá assegurar a realização da ambiciosa agenda da “Estratégia” Lisboa 2020 e centra-se num conjunto de eixos que reputamos de vitais para uma Cidade moderna, multicultural, amiga do ambiente, a capital atlântica da Europa.

Conclui também a 1.ª Comissão que a Assembleia Municipal de Lisboa deve continuar a acompanhar e escrutinar todo o processo de execução do presente Programa


O presente parecer foi aprovado por maioria, com a abstenção do PSD e CDS.

Assembleia Municipal de Lisboa, 20 de Maio de 2014

O Deputado Relator


-Hugo Lobo-

A Presidente da Comissão


-Irene Lopes-